



# Construção empregou 2,5 milhões e pagou média de 2,1 salários-mínimos

## Govto registra Pix como marca de alto renome no INPI

Página 6

## Justiça no DF derruba liminar que suspendia leilão de energia de R\$ 515 bi

Página 3

### Prefeitura de SP realiza festas juninas em centros culturais a partir desta quinta-feira (11)

A Prefeitura de São Paulo promove, ao longo do mês de junho, uma programação especial de festas juninas nos equipamentos municipais de cultura. Com shows, quadrilhas, comidas típicas e muito forró, as atividades começam nesta quinta-feira (11) e ocupam todas as regiões da cidade.

Nesta quinta-feira (11), o Centro Cultural Grajaú, na Zona Sul, recebe a festa junina "Ritmos do Sertão: Forró e Cangaço", com apresentação do Trio Amizade a partir das 10h. Já no sábado (13), a atração chega ao Centro Cultural Olido, no Centro, com discotecagem da DJ Nat Jako às 15h, seguida do show do grupo Forró Vila do Sossego, às 17h, com clássicos de Luiz Gonzaga, Zé Ramalho e Dominguinhos.

Também nesta quinta-feira (11), o Centro Cultural São Paulo (CCSP) recebe o espetáculo "Araralôra e Sua Galera", às 19h, com repertório que reúne forró pé de serra, xote, baião, arrastapé e clássicos do gênero.

No fim de semana, o CCSP promove ainda o Arraiá dos Artistas, reunindo mais de 100 expositores entre artistas visuais, artesãos e criadores independentes. O evento acontece no sábado (13), a partir das 10h, e no domingo (14), a partir das 11h.

No sábado (13), o Centro Cultural da Penha realiza o Arraiá da Penha 2026, a partir das 15h, com comidas típicas e apresentações musicais. A programação inclui shows de Carneiro do Acordeon (17h), Julinho Torres (18h10), Carrapicho dos 8 Baixos (19h30) e Inara Mel (20h45), com sucessos como Asa Branca, Anunciação e Mandacaru.

No mesmo dia, o Centro Cultural da Juventude apresenta o espetáculo Junina Band Show, a partir das 17h20. Em formato de musical inspirado nos grandes espetáculos da Broadway, a atração mistura quadrilha, dança, teatro e músicas típicas das festas juninas.

A Casa de Cultura do Butantã celebra seus 34 anos com um grande arraiá durante todo o fim de semana. No sábado (13), as atividades começam às 13h. Já no domingo (14), a programação tem início às 10h com a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres do Butantã.

Também no domingo (14), o Centro Cultural Vila Itooró recebe a edição junina da Ocupação Fervo Convida Saia de Chita, a partir das 15h. A festa reúne quadrilha, penta, marchinhas, baião e questão de dança em uma celebração que mistura referências do Carnaval e das festas de São João.

A programação segue na semana seguinte. (Prefeitura de SP)

## "Brasil não abaixa a cabeça", diz Durigan ao defender soberania e Pix



Página 3

A indústria da construção civil no Brasil ocupava 2,5 milhões de pessoas em 2024 e pagava remuneração média de 2,1 salários mínimos. Eram 191 mil empresas que injetavam R\$ 95,6 bilhões nos bolsos dos trabalhadores.

Os dados fazem parte da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, divulgada na quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento traz informações de empresas de três grandes grupos de atividade: construção de edifícios (incluindo residenciais, comerciais, industriais e reformas); obras de

infraestrutura, como pontes, rodovias e praças; e serviços especializados para construção, que englobam pintura e instalação elétrica, por exemplo.

A edição de 2024 do levantamento absorveu mudanças de metodologia, de forma que o IBGE não aplica comparações com anos anteriores. A série histórica anterior era iniciada em 2007.

O levantamento revela que as empresas classificadas no grupo construção de edifícios são as maiores empregadoras. Nesses empreendimentos estão 894,8 mil pessoas, o que representa 35,7% dos ocupados. Página 3

## Rioprevidência anuncia reversão de recursos de custeio para benefícios

Página 6

## Prefeitura de SP autoriza uso de bandeirinhas do Brasil em táxis e vans escolares durante a Copa do Mundo

Página 2

DÓLAR		EURO	
Comercial		Compra: 5,18	Venda: 5,18
Compra: 5,18		Compra: 5,98	Venda: 5,98
Venda: 5,18			
		Turismo	
		Compra: 5,20	Venda: 5,38

## Esporte

### Arthur Gama estreia nos ovals dos Estados Unidos com 2º lugar decidido por 0s034



Arthur Gama

A primeira experiência de Arthur Gama em uma pista oval nos Estados Unidos terminou com um resultado expressivo. Após uma semana de atividades na Carolina do Norte, o piloto brasileiro conquistou a segunda colocação em sua estreia na modalidade, em uma prova de Late Models disputada no Tri-County Speedway.

O resultado corou um processo de aprendizado intenso ao longo dos dias. Trabalhando ao lado da Sellers Racing e contando com o suporte de profissionais ligados à NASCAR, Arthur precisou se adaptar rapidamente às particularidades de um tipo de pista bastante diferente daquele ao qual está acostumado.

"Na terça-feira eu ainda não tinha conseguido me adaptar totalmente. A adaptação veio de verdade na sexta e no sábado, principalmente em relação à distância para o muro, à minha visão dentro do carro e aos pontos de frenagem. Tudo isso fui aprendendo e ajustando ao longo dos dias", explicou.

Entre os profissionais que acompanharam as atividades

esteve Bobby Labonte, campeão da NASCAR Cup Series em 2000. A presença de uma das referências da categoria acrescentou ainda mais valor à semana de preparação vivida por Arthur antes de sua estreia nos ovals norte-americanos.

A evolução ficou evidente já no sábado. Arthur foi o mais rápido da sessão de treinos e garantiu um lugar na primeira fila para a corrida. Ao longo das 75 voltas, manteve-se na disputa pelas primeiras posições e recebeu a bandeirada apenas 0s034 atrás do vencedor, Alex Meggs.

A experiência também reforçou a conexão de Arthur com as corridas em ovals, uma modalidade de qual já demonstrava interesse antes mesmo de acelerar nos Estados Unidos.

"O carro é sensacional, e o trabalho da equipe comigo foi muito bom. Foi realmente uma experiência que não tem preço. Estou louco para voltar, porque tudo isso paixão que eu tenho pelas pistas ovais, seja correndo ou no simulador, ficou ainda mais forte. Essa experiência confirmou o meu gosto desse tipo de corrida, e mal posso esperar para voltar e viver mais momentos como esse."

## Jornal ODIA SP

# TABELA JOGOS COPA DO MUNDO 2026



QUINTA-FEIRA 11 JUNHO 2026					
México	X	África do Sul	16:00	Primeira fase - Grupo A	Estádio da Cidade do México (Cidade do México)
República da Coreia	X	Tchêquia	23:00	Primeira fase - Grupo A	Estádio de Guadalajara (Guadalajara)
SEXTA-FEIRA 12 JUNHO 2026					
Canadá	X	Bósnia e Herzegovina	16:00	Primeira fase - Grupo B	Estádio de Toronto (Toronto)
EUA	X	Paraguai	22:00	Primeira fase - Grupo D	Estádio de Los Angeles (Los Angeles)
SÁBADO 13 JUNHO 2026					
Catar	X	Suíça	16:00	Primeira fase - Grupo B	Estádio da Baía de São Francisco (Área da baía de São Francisco)
Brasil	X	Marrocos	19:00	Primeira fase - Grupo C	Estádio de Nova York/Nova Jersey (Nova Jersey)
Haiti	X	Escócia	22:00	Primeira fase - Grupo C	Estádio de Boston (Boston)
DOMINGO 14 JUNHO 2026					
Austrália	X	Turquia	01:00	Primeira fase - Grupo D	BC Place de Vancouver (Vancouver)
Alemanha	X	Curaçau	14:00	Primeira fase - Grupo E	Estádio de Houston (Houston)
Holanda	X	Japão	17:00	Primeira fase - Grupo F	Estádio de Dallas (Dallas)
Costa do Marfim	X	Equador	20:00	Primeira fase - Grupo E	Estádio de Filadélfia (Filadélfia)
Suécia	X	Tunísia	23:00	Primeira fase - Grupo F	Estádio de Monterrey (Monterrey)
SEGUNDA-FEIRA 15 JUNHO 2026					
Espanha	X	Cabo Verde	13:00	Primeira fase - Grupo H	Estádio de Atlanta (Atlanta)
Bélgica	X	Egito	16:00	Primeira fase - Grupo G	Estádio de Seattle (Seattle)
Arábia Saudita	X	Uruguai	19:00	Primeira fase - Grupo H	Estádio de Miami (Miami)
Ri do Iraque	X	Nova Zelândia	22:00	Primeira fase - Grupo G	Estádio de Los Angeles (Los Angeles)

A MAIOR COPA DE TODOS OS TEMPOS! CANADÁ • EUA • MÉXICO O MUNDO INTEIRO EM CAMPO!

# SP deposita mais de R\$ 1 bilhão de ICMS da primeira semana de junho

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (9) R\$ 1,01 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o primeiro repasse referente ao mês de junho, do ICMS arrecadado no período de 1º a 5 de junho, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

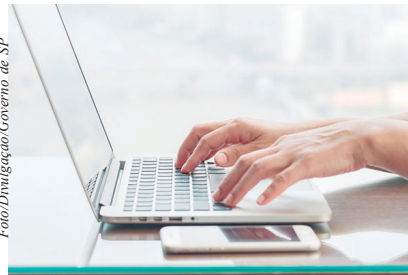
A Sefaz-SP prevê realizar quatro depósitos semanais totalizando mais de R\$ 4,09 bilhões em ICMS nas cidades, referentes as arrecadações de junho. Os valores correspon-

dem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Nos primeiros cinco meses de 2026, o Governo Estadual realizou 22 repasses às cidades paulistas totalizando R\$ 19,7 bilhões do ICMS.

#### Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês,



Nos primeiros cinco meses de 2026, o Governo de SP realizou 22 repasses às cidades paulistas totalizando R\$ 19,7 bilhões do ICMS

pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

#### Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos índices de Participação dos Municípios, con-

forme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são atualizados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

## CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

**CÂMARA (São Paulo)**  
Copa Fifa 2026 : ex-vice-rearador, que há 11 anos renunciou ao cargo para virar diretor do futebol feminino na CBF, o médico Marco Aurélio Cunha 'operou sem anestesia' toda a torcida que contou e apostou no seu mandato

**PREFEITURA (São Paulo)**  
Copa Fifa 2026 : ex-vice-prefeita Nádia Campeão foi vice-campeã também na Secretaria da Educação. No jogo por um bi-campeonato [reeleição] ela entrou pra história como quem não jogou pra livrar Haddad de ser eliminado

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**  
Copa Fifa 2026 : o ex-deputado estadual [presidente na ALESP] e ex-tucano Ricardo Tripoli está na seleção do Kassab pra emplacar pelo PSD o maior número de vencedores. O ex-deputado federal vai disputar a volta pra ALESP

**GOVERNO (São Paulo)**  
Copa Fifa 2026 : o cristão e ainda jogador pró-Bolsonaro Tarciso Freitas conta [agora no time do MDB] com o judeu [Judaísmo] e vice-governador Ramuth no time pelo bi-campeonato. Pode ser a bola do jogo nos acréscimos

**CONGRESSO (Brasil)**  
Copa Fifa 2026 : time da oposição à seleção do Lulaismo ganhou o 1º tempo do jogo bruto que quer expulsão do campo de criminosos a partir dos 16 anos. Hoje, os menores jogam soltos nas pelas 'torcidas organizadas do crime'

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
Copa Fifa 2026 : seleções originais da camisa vermelha [PT histórico do Lulaismo] até estão nas escalões pra 'copas do Brasil' de 4 em 4 anos, mas agora são convocados pra vestir até o verde-amarelo dos times das legendas do centro

**PARTIDOS (Brasil)**  
Copa Fifa 2026 : donos e sócios preferenciais dos times [inclusive fora da série A e B] seguem jogando com os regulamentos de quem vai ser titular na propaganda tv e receber maiores quantias do dinheiro partidário e prêmios

**JUSTIÇAS (Brasil)**  
Copa Fifa 2026 : uma coisa são os árbitros que apitam no Brasil e na Copa Fifa 2026 que começa hoje. Outra coisa é um possível 'VAR', que pode rolar no TSE, até anulando as partidas de times que não seguirem as regras do Judiciário

**ANO 34**  
Na imprensa [Brasil] desde 1993, o jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna [diária] de política. Recebeu 'Medalha Anchieta' da Câmara (SP) e 'Colar de Honra ao Mérito' da Assembleia (SP)... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

**APALAVRA** - "Que nos salvou e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos dos séculos" 2 Timóteo 1:9

## Jornal O DIA S. Paulo

**Administração e Redação**  
Matriz:  
Rua Carlos Comenala, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

**Assinatura on-line**  
Mensal: R\$ 20,00

**Publicidade Legal**  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

**Agências de notícias**  
Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress

Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**  
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

## Fuvest tem inscrições abertas para segundo simulado do Vestibular 2027 da USP

A segunda edição do Simulado da Prova de Conhecimentos Gerais da Fuvest 2027 tem inscrições abertas até o dia 3 de julho. A iniciativa oferece aos estudantes a oportunidade de vivenciar as condições reais do vestibular da USP e traz uma novidade em relação à primeira edição realizada neste ano: os candidatos com melhor desempenho na prova objetiva serão convidados a participar de uma etapa complementar de redação, corrigida pela mesma banca responsável pela correção das redações do Vestibular 2027. Os estudantes interessados devem fazer a inscrição no site da Fuvest neste link e pagar a taxa de R\$ 150,00.

O simulado será realizado presencialmente no dia 26 de julho em Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e nas seguintes cidades paulistas: Bauri, Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. A prova objetiva seguirá o modelo da 1ª Fase do vestibular, com 80

questões de múltipla escolha elaboradas pelas mesmas bancas responsáveis pelo exame oficial.

Após a divulgação dos resultados da prova objetiva, os participantes que atingirem a nota de corte estabelecida pela Fuvest serão convocados para a etapa de redação, programada para 16 de agosto. A proposta é proporcionar uma experiência ainda mais próxima do vestibular, permitindo que os estudantes recebam uma avaliação especializada de seu desempenho na produção textual.

De acordo com o edital, serão selecionados para a redação os candidatos com melhor desempenho e nota superiores à nota mínima de 24 pontos na prova de Conhecimentos Gerais. No máximo, serão convocados 10.080 candidatos.

#### Datas importantes

A Fuvest tem inscrições abertas até o dia 10 de julho para estudantes interessados em obter a inscrição ou redução da taxa de inscrição, que nesta edição do vestibular é de R\$ 228,00. Os pe-



Com o simulado, estudantes podem vivenciar as condições reais do vestibular da USP

ditos devem ser realizados exclusivamente on-line, pelo site da fundação, ou do cadastro do candidato neste link.

Os candidatos poderão se inscrever entre os dias 17 de agosto e 9 de outubro de 2026. Nesse mesmo período, também será possível solicitar recursos específicos para a realização das provas. Os locais de exame da primeira fase serão divulgados em 21 de outubro, e a prova está marcada para 1º de novembro.

A lista de convocados para a

segunda fase e os respectivos locais de prova será publicada em 23 de novembro. As avaliações da segunda etapa ocorrerão nos dias 6 e 7 de dezembro, enquanto as provas de competências específicas para os cursos de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais serão realizadas entre 8 e 11 de dezembro. O resultado da primeira chamada está previsto para 26 de janeiro de 2027.

Mais informações sobre o simulado estão disponíveis no site da Fuvest. (Governo de SP)

## SP investiga novo caso suspeito de Ebola e reforça vigilância na rede estadual

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo investiga um caso suspeito de doença pelo vírus Ebola, notificado na quarta-feira (10), na capital paulista.

A paciente, uma brasileira de 31 anos, foi transferida de um hospital particular da capital para o Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER), referência nacional para casos suspeitos ou confirmados da doença.

Ela relatou viagem a trabalho à província de Kivu do Norte, no leste da República Democrática do Congo (RDC), desembarcou no Brasil em 6 de junho e apresentou sintomas como diarreia e febre a partir de 9 de junho. A entrada no serviço particular ocorreu também no dia 9 e a transferência foi realizada no início da madrugada desta quarta-feira (10).

A investigação, por meio da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) e do Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac" (CVE-SP), foi iniciada porque a paciente preencheu os critérios de definição de caso suspeito, considerando o histórico de viagem a país com áreas de transmissão da doença e os sintomas apresentados.

A paciente está estável e permanece em leito de isolamento no IIER, seguindo os protocolos de



biossegurança previstos para esse tipo de situação. Ela apresentou resultado negativo no teste rápido para malária. Até o momento, não há confirmação laboratorial da doença pelo vírus Ebola. As análises são conduzidas pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL).

No dia 1º de junho, o Estado de São Paulo descartou o primeiro caso suspeito de Ebola registrado neste ano, em um homem de 37 anos, procedente da República Democrática do Congo. O paciente segue internado no IIER, com evolução favorável do quadro de saúde. As análises realizadas pelo IAL detectaram Neisseria meningitidis, bactéria causadora da meningite meningocócica.

Nos dois casos, o atendimento aos pacientes foi articulado pela Secretaria de Estado da Saúde e pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), responsável pela notificação das suspeitas ao Ministério da Saúde.

Após o registro do primeiro caso suspeito no país, posteriormente em São Paulo e noticiado e descartado, a Secretaria de Estado da Saúde intensificou as ações de vigilância epidemiológica.

Na segunda e terça-feira (8 e 9), o Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac" promoveu treinamento para mais de 1,1 mil profissionais de

saúde de todo o Estado, por meio da webconferência "Doença pelo Vírus Ebola: informação que protege, vigilância que salva".

Foram abordados temas como vigilância epidemiológica, fluxos de trabalho para os profissionais, preparação, prevenção e resposta segura nos serviços de saúde.

No dia 3 de junho, a Pasta também atualizou a Nota Informativa Conjunta sobre o vírus Ebola, incorporando novos detalhes técnicos para orientar a rede de saúde na identificação, notificação, investigação, manejo e monitoramento de casos suspeitos e contatos.

O CVE-SP reforça que o vírus Ebola não é transmitido por via respiratória. A transmissão ocorre apenas por contato direto com secreções e fluidos corporais de pessoas infectadas, somente após o início dos sintomas. Não há transmissão durante o período de incubação do vírus.

A atualização do documento reitera que o risco de introdução da doença no Brasil e na América do Sul permanece classificado como muito baixo. Também informa que não há vacinas licenciadas nem terapias específicas aprovadas para a cepa Bundiubygo. (Governo de SP)

## Prefeitura autoriza uso de bandeirinhas do Brasil em táxis e vans escolares durante a Copa do Mundo

A Prefeitura de São Paulo publicou na quarta-feira (10) portaria que permite a utilização de bandeirinhas do Brasil, adesivos e outros materiais referentes à Copa do Mundo FIFA 2026 nos veículos das modalidades Táxi, Escolar, Carga a Frete, Motofrete e Fretamento.

Esses itens poderão ser instalados nos veículos durante a Copa, entre 11 de junho e 19 de julho de 2026, desde que sejam obedecidas as normas da portaria da Secretaria de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e do Departamento de Transportes Públicos (DTP): dimensões de 30 cm x 45 cm, não possam publicidade de nenhuma natureza e não des-

respeitem as regras do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Os adesões não poderão interferir na visão do motorista, nem na visibilidade dos sinais de luz para não oferecer risco à segurança no trânsito, e não podem dificultar a identificação do veículo.

No caso de descumprimento da portaria, o infrator estará sujeito à multa de R\$ 59,08. Em caso de reincidência, a multa dobra, além de 5 pontos no prontuário do motorista. Denúncias de irregularidades podem ser feitas através do telefone 156. É preciso informar a placa do veículo, data/hora, local da infração. (Prefeitura de SP)

# Construção empregou 2,5 milhões e pagou média de 2,1 salários-mínimos

A indústria da construção civil no Brasil ocupava 2,5 milhões de pessoas em 2024 e pagava remuneração média de 2,1 salários mínimos. Eram 191 mil empresas que injetavam R\$ 95,6 bilhões nos bolsos dos trabalhadores.

Os dados fazem parte da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, divulgada na quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento traz informações de empresas de três grandes grupos de atividade: construção de edifícios (inclui residenciais, comerciais, industriais e reformas); obras de infraestrutura, como pontes, rodovias e praças; e serviços especializados para construção, que englobam pintura e instalação elétrica, por exemplo.

A edição de 2024 do levantamento absorveu mudanças de metodologia, de forma que o IBGE não aplica comparações com

anos anteriores. A série histórica anterior era iniciada em 2007.

**Onde estão os empregos**  
O levantamento revela que as empresas classificadas no grupo construção de edifícios são as maiores empregadoras. Nesses empreendimentos estão 894,8 mil pessoas, o que representa 35,7% dos ocupados.

Logo em seguida figuram as firmas de serviços especializados, com 34,4% da mão de obra do setor. Já as obras de infraestrutura empregavam 29,9% dos trabalhadores em 2024.

Apesar de estarem no grupo com o menor número de ocupados, as empresas de obras de infraestrutura têm a maior média de funcionários por empresa: 39 pessoas.

Nos empreendimentos destinados à construção de edifícios, o contingente médio é de 13 trabalhadores. Nos de serviços especializados, oito

funcionários.

**Salários**  
As companhias que trabalham com obras de infraestrutura são as que pagam maiores remunerações, com média de 2,6 salários-mínimos.

As empresas de atuação na construção de edifícios pagaram 1,9 salário-mínimo, à frente das de serviços especializados (1,8). Em 2024, o salário-mínimo nacional era R\$ 1.412.

**Valor de obra**  
Os pesquisadores do IBGE chegaram ao valor total de incorporações, obra e serviços de construção, que alcançou R\$ 522,5 bilhões em 2024.

Veja o valor de obra por segmento: Infraestrutura: R\$ 200,9 bilhões; Construção de edifícios: R\$ 198,9 bilhões; Serviços especializados: R\$ 122,8 bilhões.

Com os dados sobre valor de

obra, a pesquisa chegou ao RC8, indicador que aponta o tamanho do mercado abocanhado (grau de concentração) pelas oito principais empresas do setor, que ficou em 3,1%. Esse patamar indica uma indústria pouco concentrada, sem monopólios.

**Obras entregues**  
A pesquisa revelou os principais empreendimentos entregues no país pelo setor de construção civil em relação ao valor de obra. Confira o ranking:

- Rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais: 22,8%;
- Obras residenciais: 22,2%;
- Serviços especializados para construção: 19,2%;
- Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos: 12,8%;
- Edificações industriais, comerciais e outras edificações não residenciais: 10,7%;

Construção de outras obras de infraestrutura: 10,5%;

Incorporação de imóveis construídos por outras empresas: 1,9%.

**Custos**  
Sob a ótica dos custos, a mão de obra é o que mais pesa no orçamento das empresas, com 30,7% do total.

Logo em seguida, a maior fatia ficou com o chamado "consumo intermediário", que reúne despesas operacionais como combustíveis, manutenção, alugueis de máquinas e serviços prestados por terceiros (execução de materiais e empreiteiras), respondendo por 22,5%.

Os demais custos foram materiais de construção (22,3%), demais despesas % compostas por impostos, taxas, custos com terrenos, depreciação e gastos financeiros % (14,7%) e obras e serviços contratados a terceiros (9,7%).

**Contratantes de obras**  
De acordo com o IBGE, de cada R\$ 3 em valor de obra em 2024, R\$ 1 foi demandado pelo setor público ou seja, 33%, cabendo 67% à iniciativa privada.

No caso específico das obras de infraestrutura, o setor público representa 48,2% da demanda por construção. Na atividade construção de edifícios, a participação dos governos como contratante se reduz a 22,9%. Em serviços especializados, 19,5%.

Para o analista do IBGE Marcelo Miranda Freire de Melo, esses dados revelam a relevância do setor público para a construção civil no país.

"Essa demanda está muito concentrada no segmento de obras de infraestrutura, onde quase metade da demanda é feita pelo setor público. Nos outros dois segmentos, essa relevância do setor público é um pouco menor, a grande parte é o setor privado", avalia. (Agência Brasil)

## “Brasil não abaixa a cabeça”, diz Durigan ao defender soberania e Pix

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reafirmou, na quarta-feira (10), a defesa da soberania nacional.

"O Brasil não abaixa a cabeça para ninguém, e a gente defende a nossa política econômica pelo mundo", disse.

A fala do ministro ocorre no contexto dos recentes anúncios feitos pelos Estados Unidos de barreiras comerciais e aumento de tarifas impostas a insumos e produtos manufaturados que atingem diretamente as exportações brasileiras.

Nesse sentido, Durigan ainda sinalizou que o Pix — hoje referência global de bancarização e inovação tecnológica — é um patrimônio estratégico que continuará sob estrita governança do Estado brasileiro contra interferências globais.

"A primeira demanda, a primeira tarefa que eu tenho é proteger a soberania do Brasil, em especial no nosso Pix."

As declarações foram dadas durante a abertura da 7ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio do Itamaraty. Neste ano, o mote dos debates do chamado Conselho é "Da soberania nacional ao protagonismo global".

**Respeito**  
Ao relatar agendas recentes

no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no G20 e no G7, o ministro da Fazenda destacou que a comunidade internacional reconhece a liderança brasileira no debate econômico, ambiental e da transição energética, exigindo que o país seja tratado com igualdade e respeito.

"O Brasil é liderança mundial e a gente não abre mão de ser tratado com respeito e tratar com respeito a todos os países, a todas as outras comunidades e culturas do mundo", disse.

**Agenda social**  
Durigan ainda tratou de pautas de apoio social e de segurança pública. Sobre a escala 6x1, ele ressaltou que manter esse modelo perpetua a desigualdade e sobrecarrega os trabalhadores de menor remuneração, negros e mulheres de dupla jornada, enquanto os setores que operam em escalas mais flexíveis (5x2) concentram os melhores salários e oportunidades de estudo.

"Quem já está na escala 5 por 2 é quem ganha mais, teve tempo e muitas vezes oportunidade familiar de estudar por mais tempo. E quem está na escala 6 por 1 são os trabalhadores mais mal remunerados, trabalhadores negros, mulheres e que ainda acumulam o trabalho com afazeres domésticos e outras responsabilidades, que ficam sobrecarregados."

No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1. A PEC terá o cronograma de tramitação definido nesta semana no Senado. A proposta institui a obrigatoriedade de dois dias de descanso por semana, além de redução jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem diminuição salarial.

**Cerco às bets**  
O ministro comparou o tratamento dado às casas de apostas online em gestões anteriores ao que é praticado no governo Lula. Segundo ele, antes, elas "tinham a mesma imunidade que as igrejas". "Hoje, as bets pagam mais do que a média dos setores empresariais e, hoje, passam os dados e estão sendo fiscalizadas."

Durigan destacou que esse trabalho já resultou na derrubada de mais de 30 mil empresas irregulares e na proibição do uso do mercado de cartões de crédito para apostas, visando proteger o orçamento familiar.

**Asfixia ao crime organizado**  
O ministro anunciou uma cooperação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJPSP) e com o governo norte-americano para atacar o fluxo financeiro de facções criminosas.

A estratégia, operada via Receita Federal, Conselho de Con-

trole de Atividades Financeiras (Coaf) e Polícia Federal, será congelar os ativos do crime organizado. "O combate ao fluxo financeiro do crime organizado, eu acredito, é o mais importante para gente asfixiar esse mal que segue causando graves prejuízos à nossa comunidade", concluiu.

**Crescimento industrial**  
Em discurso aos conselheiros, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, apresentou um balanço sobre a reindustrialização do país.

O ministro elencou os resultados que têm reacuído a economia brasileira, como o aumento do salário médio e a menor taxa de informalidade da série histórica. Ele detalhou o desempenho em queda, com a taxa de 5,6%, consolidando-se na média histórica mais baixa; o recorde de 103 milhões de brasileiros empregados formalmente; e o maior rendimento médio, atingindo o patamar entre R\$ 3.370 e R\$ 3.732.

"Esses indicadores sociais só são obtidos porque a indústria voltou a crescer. Cresceu em 2024 com o lançamento da Nova Indústria Brasil, 3,1%. No primeiro trimestre, já avançou 1,7%. Por isso, tivemos mais de 7,6 milhões de postos formais no setor", destacou Elias Rosa. (Agência Brasil)

## Petrobras compra 50% do bloco Itaimbezinho, no pré-sal de Campos

A Petrobras anunciou na quarta-feira (10) acordo para adquirir 50% do campo de exploração de petróleo Itaimbezinho, no Polígono do Pré-Sal, na Bacia de Campos, a cerca de 190 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

A venda foi feita pela Equinor Brasil Energia, que representa a multinacional estatal sediada na Noruega. Nenhuma das companhias informou o valor do negócio. Como ainda é bloco exploratório, Itaimbezinho ainda não produz petróleo.

De acordo com a Petrobras, a operação de compra reforça a relevância da atividade exploratória no país e "está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria".

Petrobras e Equinor informaram que a operação de compra e venda reforça a sinergia entre ambas na Bacia de Campos. As companhias já exploram conjuntamente o projeto Raia — maior projeto de gás natural do país a iniciar produção nesta década — e a licença exploratória de Jasje, do qual a Petrobras detém 60%.

Arremate em 2025  
O campo de Itaimbezinho havia sido adquirido pela Equinor em outubro de 2025, no 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha (OPP), realizado pela Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), agência reguladora do setor.

Nas OPPs, é vencedora a empresa que oferecer o maior percentual de excedente em óleo (divisão do lucro) para a União. Na ocasião, a Equinor arrematou o bloco sozinha com oferta de 6,95% do excedente.

Para valer, o negócio anunciado nesta quarta-feira precisa de aval da ANP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que busca garantir a livre concorrência e evitar abusos do poder econômico.

**Pré-sal**  
O Polígono do Pré-Sal, no litoral do Sudeste, concentra os principais campos de produção do petróleo no país. Em abril de 2026, dado mais recente da ANP, os campos do pré-sal — sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade — responderam por praticamente 82% da produção nacional de petróleo e gás. Foram 4,614 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe).

Boe é uma unidade de medida que padroniza o volume de gás natural e petróleo, convertendo o gás para o valor energético equivalente a um barril de petróleo bruto. Dessa forma, é possível somar a produção. (Agência Brasil)

## Fazenda enfrenta bancada do agro em disputa sobre renegociação de dívidas

Celebrada pela bancada do agronegócio como uma vitória, a proposta de renegociação de dívidas de grandes produtores rurais é uma das frentes de embate do Ministério da Fazenda no Congresso Nacional.

O texto foi aprovado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, no último dia 28, sem o aval do governo Lula, que tentou até a véspera evitar a inclusão do Fundo Social do pré-sal entre as fontes de financiamento de uma nova linha a ser criada. O projeto tem relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Um ponto-chave de insatisfação, porém, veio do limite de juros exigido pelo projeto de lei, muito abaixo das taxas praticadas no mercado e do que vinha propondo o governo.

Logo após a votação na CAE, o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, disse que a modelagem da renegociação poderia "quebrar os bancos".

O Banco do Brasil é um dos principais financiadores do agronegócio e viu sua carteira de inadimplência crescer no último ano. A presidente do BB, Tarciana Medeiros, e vice-presidentes da instituição financeira estiveram com Durigan na véspera da votação para falar da proposta.

Aquela altura, a avaliação do banco já era a de que o texto em análise na CAE, o mesmo que havia sido aprovado em 2025 na Câmara, poderia ser prejudicial aos negócios do banco. Depois que a proposta foi chancelada por mai-

oria na comissão do Senado, essa percepção piorou.

Durigan voltou a negociar com o Congresso na terça-feira (9), dessa vez com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Além dessa pauta, senadores discutem neste momento benefícios previdenciários para agentes comunitários de saúde e idosos para diferentes categorias profissionais, o que poderia aumentar os gastos dos governos com folhas de salários.

Dados do último balanço do DBE, relativo ao primeiro trimestre deste ano, mostram que a inadimplência acima de 90 dias no banco registrou 6,22%, mantendo a trajetória de alta nos últimos trimestres. No primeiro trimestre de 2025, esse percentual estava em 2,76%.

Enquanto a proposta da Fazenda previa taxas de 6% para beneficiários do Pronaf (agricultura familiar), de 8% para os mini, pequenos e médios enquadrados no Pronamp e de 12% para os demais, o relatório do Senado fixou esses juros em 3,5%, 5,5% e 7,5%.

Na avaliação do advogado Frederico Favacho, sócio da área de agronegócios do Santos Neto Advogados, a demanda do setor é similar a juros subsidiados, uma vez que os bancos não têm motivos para bancar a diferença entre as taxas de mercados e essas menores previstas no texto. "Todo mundo reclama que o governo gasta muito, mas para dar crédito para produtor endividado, pode?", critica.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da proposta na

CAE, escreveu em seu relatório que foram sete os pontos de divergência entre o que o governo propunha e o que os produtores o pediam.

Além dos juros e do fundo social, a bancada do agro considerava essencial incluir na renegociação dívidas não bancárias, como débitos com cereais, fornecedores de insumos e cooperativas, algo que a Fazenda rejeita.

Para Favacho, há um problema estrutural na alta alavancagem do setor. Instrumentos como CPRs (Cédulas de Produto Rural) e Fiagros pretendiam baratear o custo do crédito e acabaram distorcidos. No caso do CPR, um enfraquecimento do instrumento vem das recuperações judiciais (RJIs).

"O CPR é extracurricular [não entram no plano de recuperação e têm prioridade de pagamento], mas o produtor quer colocar CPR na recuperação judicial e isso enfraquece um instrumento importante de crédito."

As margens mais apertadas tornaram mais difíceis os pagamentos em meio a juros altos. Entretanto, afirma Favacho, desde o início da década, quando a conjuntura de preços era mais favorável ao setor, o agro brasileiro se endividou ainda mais e comprou terras.

Mais recentemente, quando a situação mudou, não havia reserva de caixa. Com o aumento das recuperações judiciais, a percepção de risco de investidores também piorou, elevando o custo de operações alternativas aos créditos bancários tradicionais.

No Senado, Calheiros encabe-

çou uma série de reuniões entre a bancada do agro e a Fazenda. Os sinais de que as conversas não evoluíram começaram na semana que antecedeu a votação. O deputado Afonso Hamam (PP-RS), que foi relator do texto na Câmara e vinha acompanhando as tratativas, se retirou da mesa de negociação.

Parte das entidades, principalmente ligadas ao agronegócio do Rio Grande do Sul, se movimentou para firmar posição contrária à do governo.

"Saí porque eu não vou participar de negociação só para validar [acordo]. Foram feitas negociações e o que veio no texto [do governo] é a exclusão do fundo social", disse Hamm.

"O fundo é uma parte estruturante do projeto."

Em seu parecer, Calheiros apontou que a exigência de entrada e a exclusão de dívidas como as CPRs também desagradaram a bancada, assim como regras para uso dos recursos liberados em 2025 pela medida provisória 1.314 (quando o governo liberou R\$ 12 bilhões para dívidas do agro com os bancos). (Folhapress)

## Justiça no DF derruba liminar que suspendia leilão de energia de R\$ 515 bilhões

A Justiça Federal no Distrito Federal derrubou a liminar que havia suspenso o megalêilão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que contratou R\$ 515 bilhões de reserva de energia de grupos como J&F, dos irmãos Batista, Eneva, de André Esteves, e Petrosbras.

O pregão é questionado na Justiça e no TCU (Tribunal de Contas da União) em razão das alterações feitas em sua base de cálculo que, em três dias, fez dobrar o custo total da energia contratada e por priorizar o uso de usinas movidas a combustíveis fósseis (carvão e gás) em vez de fontes renováveis.

A decisão anterior, para suspender a homologação do leilão e as assinaturas dos contratos, havia sido tomada pelo Judiciário do Ceará.

Como no Distrito Federal já existia outro processo sobre o mesmo pregão, mas anterior, ambos foram juntados no caso mais antigo.

E agora, na quarta-feira (10), o juiz Manoel Pedro Martins de Castro Filho resolveu reverter a liminar e a exclusão de dívidas como as CPRs também desagradaram a bancada, assim como regras para uso dos recursos liberados em 2025 pela medida provisória 1.314 (quando o governo liberou R\$ 12 bilhões para dívidas do agro com os bancos). (Folhapress)

pelo Judiciário cearense, determinado Castro Filho. "Promissora-se com o regular processamento do feito perante este juízo, observando-se a formação do contraditório e as demais fases processuais cabíveis", completou.

O problema que motivou a realização do leilão é uma alta demanda de energia em horários como o fim da tarde e começo da noite, em contraste com a baixa geração de energia nesses períodos específicos. No restante do dia, com a geração solar e eólica, há uma sobra de energia.

Por isso, é necessário ter reserva de capacidade: a contratação de uma geração que não vai abastecer constantemente o sistema nacional, mas ser acionada em momentos específicos que forem necessários.

O primeiro leilão desse tipo (abreviado de LRCAP) aconteceu em 2021, ainda sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e beneficiou tetratrências a gás.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, porém, em julho de 2023, a EPE publicou um estudo para a realização de uma segunda edição desse leilão, já ciente de que seria necessário, mas na qual destaca a possibilidade de selecionar baterias — recomendação contrariada pelo governo Lula neste último pregão. (Folhapress)







**COOPERATIVA PAULISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

José Maria Carvalho Ferreira no uso de suas atribuições conforme o artigo 20 do Estatuto Social da Cooperativa Paulista de Trabalho dos Profissionais de Dança – CPD, convoca os 170 (cento e setenta) cooperados ativos da supracitada cooperativa para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 15 de junho de 2026, às 19h, no Espaço Viver - R. Conselheiro Brotero 182 - Barra Funda (Metô Maracá) e virtualmente pelo aplicativo Google Meet: <https://meet.google.com/mtdj-vwv-1wv> no dia 15 de junho de 2026, às 19h, com 210 (duzentos e dez) cooperados em 2ª convocação, com o mínimo de 33 (trinta e três) cooperados que corresponde a 20% do total de votos. Sendo deliberada a Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral Ordinária terá o seguinte teor: a) Prestação de contas do órgão da Administração, compreendendo Balanço Geral do exercício de 2025; destinação de Sobras e Prêzios do órgão; b) Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Diretoria, documentos estes que estarão à disposição dos cooperados, em sua sede social; c) Apresentação de relatório físico de atividades desenvolvidas pela Diretoria no ano de 2025/2026; d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e) Assuntos gerais. São Paulo/SP 10 de junho de 2025. José Maria Carvalho Ferreira - Presidente

**Polo Films Indústria e Comércio S.A.**

CPNP/SP 26.053.17/0001-02 - NIRE 35.300.84376

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28/04/2026**

Realizada em 28/04/2026, às 10h, em sua sede social. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Lírio Albino Pariseiro, Secretário: Antonio Medeiros da Fonseca. **Deliberações:** aprovaram: (i) alterar o endereço da sede da Companhia para "Av. Tambores, 25, 3º andar, sala 101, Alphaville, na Cidade de Barueri/SP"; (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, alterando: a) o artigo 2º, para refletir a mudança de endereço; b) o artigo 5º, considerando que as ações da Companhia deixaram de ser escrituras, e oferecerem item passa a contemplar que as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal; c) "Caput" do artigo 12 e 17, prazo do mandato dos administradores, Conselheiros e Diretores, passe de um ano para três anos; d) §2º do artigo 19, para constar que a validade das procurações passe de até um ano para até 2 anos; e) Capítulo VI, excetuando o Arbitramento como forma de solução de controvérsias, passando para Foro Geral. Em razão das deliberações supramencionadas, os Acionistas também autorizaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de contemplar as alterações realizadas após a última consolidação realizada em 30/05/2025, para um mandato de 3 anos, a partir de 30/05/2026, os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: a) Lírio Albino Pariseiro, RG 306.623.300-2 SSP-SP, CPF 003.623.300-87, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; b) Daniela Amara Medeiros da Fonseca, RG 306.623.300-2 SSP-SP, CPF 000.021.000-81, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; e c) Igor Pellis Viegas, RG 306.200.000-8 SSP-SP, CPF 000.837.000-05, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 28/04/2026. Mesa: Lírio Albino Pariseiro - Presidente, Daniela Amara Medeiros da Fonseca - Secretária. **JUCISJSP:** SPV 224.727/26 em 02/06/2026. Marina Centurion Dardari - Secretária Geral.

**TRIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.**  
CPNP/SP nº 46.944.301/0001-10 - NIRE 35.316.0624381

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 19 de março de 2026**

Data: **Honório Leão**, nos 11.03.2025, às 10h, em sua sede social da Companhia, convocou a convocação em razão da prestação das Ações representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Marcelo Augusto Spindler, como Presidente da Mesa; Hugo Augusto Felgueiras, secretário designado. **Deliberações:** a Assembleia aprovou, em seu voto de suas competências estatutárias, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 5.1. Pela aprovação do Protocolo, que passa a integrar esta ata para todos os fins e efeitos legais e o artigo 5.2. Pela aprovação e ratificação da contratação e renovação da Avaliação, que será avaliada e posteriormente liquidada em 15 dias úteis para a Companhia. 5.3. Pela aprovação da Licença de Avaliação Controlada, que obriga a presente ata para todos os fins e efeitos legais e o artigo 5.4. O qual aprovou o patrimônio líquido controlado da Incorporação em R\$ 148.441.313,00, sendo R\$ 115.118.210,00 correspondem ao valor controlado do investimento desde sua Incorporação na própria Companhia, e qual será eliminado em decorrência da Incorporação. Em razão disso, o prazo líquido efetivamente verificado na incorporação da Companhia em decorrência da incorporação corresponde a montante de R\$ 33.329.103,00. 5.4. Pela aprovação da incorporação da Incorporação em razão do Protocolo de Incorporação e do Laudo de Análise, bem como determinar o seguinte em decorrência da Incorporação: 5.4.1. Considerando que a única ação da Incorporação aprovada, sem quaisquer ressalvas ou restrições a Incorporação, contendo 9ª Ação de Controle Social da Incorporação, passa a ser, a partir de 19 de março de 2026, com o voto de todos os seus bens, direitos e obrigações à Companhia, que sucrose a Incorporação a título universal para todos os fins de direito, sem qualquer restrição ou condição, sob o nome de Tria Comercializadora de Energia S.A., sociedade devidamente constituída e inscrita em registro da Incorporação, às atas 36.861.401 ações ordinárias de emissão da Companhia, anteriormente detidas pela Incorporação. São Paulo, 19 de março de 2026. **JUCISJSP:** SPV 262.732/26 em 02/06/2026. Marina Centurion Dardari - Secretária Geral.

**CONSTRUCAP - CCPS Engenharia e Comércio S.A.**  
CPNP/SP nº 01.586.223/0001-38 - NIRE 35.300.0331095

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Construcap Engenharia e Comércio S.A. (Construcap) convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15 de junho de 2026, às 19h30 em sua sede social e virtualmente por meio de plataforma de videoconferência, para deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Artigo 19 do Estatuto Social. A Assembleia ocorrerá exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação a uma distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.062/76, art. 126, e 2º-P, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dr. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower nº 8501, 32º andar, São Paulo/SP. **Introdução Geral:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.062/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, documento de identidade com foto e/ou outros documentos pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato assinado há no máximo de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço [secretaria@construcap.com.br](mailto:secretaria@construcap.com.br); b) A Companhia informa que, a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos acionistas o link de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico com antecedência de 1 (um) dia da data de realização da Assembleia. A participação na Assembleia e o exercício do direito de voto nos deliberados das reuniões constantes do ordeno do dia serão realizados por meio do sistema eletrônico, o qual assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de assistentes pessoais autorizados a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo, em 09 de junho de 2025. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto** - Presidente do Conselho de Administração.

**Rioprevidência anuncia reversão de recursos de custeio para benefícios**

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) divulgou na quarta-feira (9) uma medida que destina recursos excedentes do fundo que custeia suas despesas para o pagamento de benefícios previdenciários. A autarquia também anunciou que adotou critérios mais conservadores em investimentos. O órgão é responsável por administrar e garantir o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro e foi recentemente citado no Caso Master pela suspeita de compra irregular de bilhões em letras de crédito. Segundo o Rioprevidência, com a nova regra, ao final de cada mês, os valores do Fundo Administrativo que superarem 150% das despesas da autarquia nos 12 meses anteriores serão revertidos para o pagamento de aposentadorias e pensões. A medida foi aprovada pela diretoria executiva do instituto no último dia 7 e a expectativa é que cerca de R\$ 100 milhões terão essa nova destinação até o fim deste ano. A regra será submetida ao Conselho de Administração do Rioprevidência, que tem sessão ordinária agendada para o final do mês de junho. O diretor-presidente, Felipe Derbli, afirma que, além de reforçar o pagamento dos benefícios, a medida funcionará como um mecanismo de limitação das despesas para o futuro.

A diretoria executiva também decidiu que os investimentos do Fundo Administrativo seguirão critérios mais conservadores, de curto prazo e de maior liquidez. O objetivo da autarquia é ter maior segurança na aplicação dos recursos do fundo, impedindo investimentos de maior risco. "Não há sentido em submeter os recursos do custeio administrativo do Rioprevidência a investimentos de longo prazo, naturalmente mais arriscados", afirmou Felipe Derbli.

**Aplicações no Master**  
No dia 26 de maio, a Polícia Federal realizou a oitava fase da Operação Compliance Zero, com a finalidade de investigar o envolvimento do ex-governador Cláudio Castro na aplicação irregular de cerca de R\$ 3 bilhões do fundo de previdência dos servidores fluminenses em Letras de Crédito e fundos do Banco Master. De acordo com relatório parcial da PF, entre outubro de 2023 e julho de 2024, a Rioprevidência realizou aportes de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras do Banco Master. As informações foram recebidas pelo ministro do STF André Mendonça, relator do Caso Master. Posteriormente, de dezembro de 2024 a outubro de 2025, diante de entraves regulatórios, foram realizados novos aportes em fundos estruturados pelo mesmo grupo, na ordem de R\$ 2,01 bilhões. (Agência Brasil)

**O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**

**cenp** **ANU** **abrap** **adjuorn**

**Governo registra Pix como marca de alto renome no INPI**

O governo federal registrou o Pix, sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central, como marca de alto renome no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A medida foi anunciada na quarta-feira (10) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho. "Na forma da Lei da Propriedade Industrial, é a maior proteção que se pode conferir a uma marca e ao seu símbolo", disse o ministro. As marcas de alto renome são aquelas conhecidas pela população por terem reputação, prestígio e confiança. Com isso, recebem proteção especial estabelecida pela Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996). Com esse reconhecimento, a marca fica protegida em todos os ramos econômicos, "independentemente da classe de produtos ou serviços para a qual foi originalmente registrada". De acordo com o ministério, a publicação com o reconhecimento ocorrerá na próxima (16), na Revista da Propriedade Industrial (RPI), veículo oficial que divulga as decisões do INPI. O sistema brasileiro tem sido alvo de ataques do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No início do mês, um relatório do escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) acusou o Pix brasileiro de prejudicar "injustamente" as empresas estadunidenses que prestam serviços de pagamento eletrônico. Entre as empresas prejudicadas estariam a Mastercard, Visa e o Whatsapp Pay. O relatório sugere, entre outras ações, a taxaço de 25% sobre produtos brasileiros por "práticas desleais". O anúncio dos EUA provocou uma reação do governo brasileiro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o sistema é do Brasil e por ser gratuito, rápido e estar movimentando mais recursos em comparação às tradicionais bandeiras de cartão de crédito, "assusta" os norte-americanos. "A preocupação dos americanos é que o Pix pode acabar muito as empresas do cartão de crédito deles que estão aqui no Brasil. Acham que o Pix vai acabar com isso; e o Pix vai acabar mesmo, porque o Pix é de graça e é público e ninguém paga nada. É só clicar o Pix e lá resolveu o nosso problema", afirmou em evento em Goiás, no dia 2 de junho. (Agência Brasil)

**O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**

**cenp** **ANU** **abrap** **adjuorn**

**Receita de royalties do petróleo dispara com guerra e bate recorde de R\$ 8 bilhões em maio**

A arrecadação com royalties sobre a produção de petróleo disparou após o início da guerra no Ira e atingiu recorde em maio, com mais de R\$ 8 bilhões. A receita extra beneficia o governo federal e deve ajudar o Rio de Janeiro a fechar o ano com déficit bem inferior ao previsto. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a arrecadação com os royalties de maio somou R\$ 8,2 bilhões. É um aumento de 68% em relação ao mês anterior, quando os efeitos da guerra ainda não eram sentidos nessa receita. Os royalties são pagos dois meses após a produção efetiva do petróleo e do gás natural. Isto é, o pagamento de maio corresponde à produção de março, quando a cotação internacional do petróleo já operava acima dos US\$ 100 por barril, influenciando o preço do petróleo produzido no país. Segundo a ANP, por exemplo, o preço do petróleo de Búzios, o campo que mais paga royalties no país, subiu de 2,181 metro cúbico para R\$ 3,204 por metro cúbico entre fevereiro e março. É uma alta de 47%. Apenas em maio, esse campo garantiu aos cofres públicos quase R\$ 2 bilhões. Nele, a Petrosbras produziu, em média, 886 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a um quinto da produção nacional. A União, maior beneficiária, ficou com R\$ 2,5 bilhões em royalties em maio. Os recursos são divididos entre investimentos em educação e saúde, o comando da Marinha, o Ministério de Ciência e Tecnologia e fundos especiais para gerir os recursos do petróleo. A receita com royalties é importante especialmente para o estado do Rio de Janeiro, beneficiado pelos campos gigantes do pré-sal. Em maio, os cofres estaduais receberam R\$ 1,8 bilhão dessa rubrica, segundo os dados da ANP. A perspectiva é que os valores permaneçam altos, já que as cotações internacionais seguem em alta e a produção nacional vem batendo sucessivos recordes. Além disso, as petrolíferas pagam outra compensação chamada participação especial, calculada a cada trimestre, que também crescerá com o petróleo mais caro. "O governador interino, Ricardo Couto deve estar rindo de orrelha a orrelha", diz o ex-diretor-geral da ANP David Zylbersztajn. "Ele já vem cortando despesas e vai entrar receita extraordinária muito boa". De fato, o governo estadual finaliza os cálculos de uma nova projeção de déficit, menor do que os R\$ 19 bilhões previstos no início do ano. Segundo o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, a meta é, com medidas adicionais, "entregar o estado no azul" para o próximo governo. As medidas passam pelo reforço no combate à sonegação de impostos. "Já estamos trabalhando e vamos intensificar as ações para aumento da arrecadação de ICMS sem aumento de impostos. Não ficaremos dependentes de royalties", diz Mercês. Municípios fluminenses em frente ao pré-sal também ficaram com parcelas relevantes. Maricá, na região metropolitana, por exemplo, arrecadou R\$ 3,1 milhões no mês. Sua vizinha Saquarema, o segundo maior arrecadador do país, ficou com R\$ 303 milhões. Somados, o governo estadual e os municípios do Rio ficaram com quase a metade dos royalties arrecadados no mês. A elevação da concentração dos recursos é tema de embate entre o estado e outras unidades da federação. No início do mês, o STF (Supremo Tribunal Federal) retomou após 13 anos julgamento de ação movida por estados produtores contra lei que redistribuiu os recursos, transferindo parte da renda a estados não beneficiados. O debate foi suspenso por pedido de vista do ministro Flávio Dino. Os não beneficiados alegam que o petróleo é um recurso de todos os brasileiros e, portanto, deve beneficiar a todos. Argumentam ainda que a concentração de riqueza do petróleo impediu o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro. O Rio defende que os royalties têm natureza compensatória e, por isso, devem ser pagos a regiões impactadas pela exploração de petróleo. Sustenta ainda que a Constituição encanou essa regra. Os não beneficiados alegam que a cobrança do ICMS sobre o petróleo no estado consumidor. (Folhapress)

**Governo tenta impedir que verba arrecadada por CVM, BC e Coaf fique com os próprios órgãos**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu ao ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), que reconsidere a decisão que permitiu que verbas arrecadadas pelo Banco Central, CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) fiquem com os próprios órgãos. A manifestação consta em recurso protocolado na noite da terça-feira (9), obtido pela reportagem. De acordo com a área jurídica do governo, "eventual imposição judicial de modelos específicos de estruturação administrativa, organizacional, de financiamento e de disponibilização integral de receitas próprias" dos três órgãos "interfere diretamente em escolhas alocativas constitucionais reservadas aos Poderes Executivo e Legislativo". Inicialmente, o ministro Flávio Dino, que é relator de uma ação que debate o destino da taxa de fiscalização da CVM, havia decidido que todo o montante arrecadado pelo órgão que regula o mercado de capitais brasileiro deve ficar para uso próprio. Hoje, essa decisão é transferida à União, que elabora o orçamento dos órgãos anualmente. Na decisão do início de maio, o ministro falou em um "quadro inequívoco de atrofia institucional e asfixia orçamentária" da CVM, usando como exemplo o escândalo do Banco Master, ao argumentar que a fraude financeira teria sido favorecida pela falta de estrutura dos órgãos reguladores. Um primeiro recurso já havia sido apresentado pelo governo, mas ainda não houve análise.

O Executivo defende que tom medidas para reestruturar a CVM, bem como de uma decisão de Flávio Dino é uma interferência em atribuições que cabem ao Poder Executivo e ao Legislativo na elaboração do Orçamento da União. Hoje, a CVM é presidida por Otto Lobo, após ter sido aprovado pelo Senado em maio. Na última semana, ele se reuniu com Dario Durigan em Brasília. (Folhapress)

**Exército mantém patrulha de fronteira mesmo com bloqueio do orçamento**

O Exército brasileiro mantém as atividades de caráter permanente nas fronteiras do Brasil mesmo com o contingenciamento de R\$ 4,3 bilhões do orçamento do Ministério da Defesa (MD) anunciado pelo Executivo no final de maio. Além das atividades permanentes, a Força mantém ações adicionais de combate ao crime já iniciadas. Por outro lado, o bloqueio está levando a Força a reavaliar as ações extras de intensificação do combate a crimes na região que, apesar de inicialmente planejadas, ainda não foram iniciadas. Essas ações adicionais são diferentes do patrulhamento contínuo realizado o ano todo. Porém, o levantamento das medidas planejadas que podem precisar de ajustes ainda não foi finalizado pelo comando do Exército. As atividades permanentes do Exército nas fronteiras, conhecido como Operação Escudo, incluem vigilância e fiscalização contínuas, patrulhamento fluvial e reconhecimento de fronteira com objetivo de reafirmar a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira. A Operação Escudo atua contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços, como narcotráfico e tráfico de armas e de munições. O Estado brasileiro ainda conta com ações da Polícia Federal (PF) no combate ao crime na faixa de fronteira, com auxílio das polícias civis e militares de cada estado. **Arcação fiscal**  
No final de maio, o governo

**Exercício mantém patrulha de fronteira mesmo com bloqueio do orçamento**

O Exército brasileiro mantém as atividades de caráter permanente nas fronteiras do Brasil mesmo com o contingenciamento de R\$ 4,3 bilhões do orçamento do Ministério da Defesa (MD) anunciado pelo Executivo no final de maio. Além das atividades permanentes, a Força mantém ações adicionais de combate ao crime já iniciadas. Por outro lado, o bloqueio está levando a Força a reavaliar as ações extras de intensificação do combate a crimes na região que, apesar de inicialmente planejadas, ainda não foram iniciadas. Essas ações adicionais são diferentes do patrulhamento contínuo realizado o ano todo. Porém, o levantamento das medidas planejadas que podem precisar de ajustes ainda não foi finalizado pelo comando do Exército. As atividades permanentes do Exército nas fronteiras, conhecido como Operação Escudo, incluem vigilância e fiscalização contínuas, patrulhamento fluvial e reconhecimento de fronteira com objetivo de reafirmar a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira. A Operação Escudo atua contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços, como narcotráfico e tráfico de armas e de munições. O Estado brasileiro ainda conta com ações da Polícia Federal (PF) no combate ao crime na faixa de fronteira, com auxílio das polícias civis e militares de cada estado. **Arcação fiscal**  
No final de maio, o governo